



SENADO FEDERAL

## Senador PEDRO SIMON

# Um relato para a História

Carta ao leitor

### A sabedoria de um senador

Na edição passada, VEJA publicou na seção de Brasil uma reportagem feita pelo editor Expedito Filho, de Brasília, intitulada "O rei do vídeo". Em três parágrafos, o jornalista revelava em primeira mão que parlamentares estavam utilizando os equipamentos, estúdios e funcionários da emissora de televisão do Senado para gravar vídeos de apoio a seus candidatos a prefeito. Tal uso da TV é expressamente vetado pelo artigo 4º do Senado, que proíbe os parlamentares de produzir vídeos de caráter pessoal nos dois meses que antecedem eleições. A reportagem dava os nomes de senadores que usaram indevidamente a TV do Senado: Teotônio Vilela Filho, Ramos Tebet, Edison Lobão, Iris Rezende e Pedro Simon. Razoável imaginar que a reportagem não seria do agrado dos senadores nela citados.

Foi uma enorme surpresa, portanto, a carta que Pedro Simon fez chegar à redação de VEJA. Primeiro, o senador cumprimenta a revista pela "pertinência da reportagem". Depois, diz que, "embora equivocado, procedi como ali descrito e me penitencio do erro". Pedro Simon então explica as providências que tomou quanto ao caso e junta anexos à sua carta. Num anexo, o senador informa ao presidente do Senado, José Sarney, que a reportagem de



Pedro Simon: erro, desculpas e dinheiro devolvido

VEJA está correta, mas que está ressarcindo a TV Senado. Noutro anexo, uma produtora de vídeo orçou 480 reais a gravação de um depoimento de dez minutos de duração — o tempo que Simon usou o estúdio do Senado indevidamente. Por fim, o senador comprovante do seu depósito de 480 reais no Senado. Não só reconhece o erro, ainda que não como pede desculpas e devolve aos cofres do dinheiro gasto indevidamente.

VEJA já andou às turras com Pedro Simon algumas vezes, o senador estava certo. Noutras vezes, no entanto, Pedro Simon não só foi injusto, como dá uma lição de sabedoria.

veja 02 de outubro, 1996



SENADO FEDERAL

Senador **PEDRO SIMON**

# UM RELATO PARA A HISTÓRIA

BRASÍLIA – 2007

## SUMÁRIO

	<b>Pág.</b>
Apresentação: Um relato para a história .....	5
Discurso: Colocando os pingos nos “is” .....	13
Discurso: Resposta à revista <i>Veja</i> .....	43
Discurso: Desdobramentos da matéria de <i>Veja</i> .....	48

### ANEXOS/DOCUMENTOS

Matéria da revista <i>Veja</i> .....	52
Editorial da revista <i>Veja</i> .....	53
Carta à revista <i>Veja</i> .....	54
Carta ao Presidente do Senado .....	56
Carta-orçamento .....	59
Carta do Senador Ramez Tebet .....	60
Carta-resposta ao Senador Ramez Tebet .....	62
Recibo de depósito na conta do Senado .....	63
Recibo de depósito na conta de servidora do Senado.....	64
Recibo de depósito na conta do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) .....	65

## APRESENTAÇÃO

### Um relato para a história

Em setembro de 1996, a pedido do então Senador Ramez Tebet, do PMDB de Mato Grosso, gravei uma mensagem de apoio ao candidato do nosso partido à Prefeitura de Campo Grande, Sr. André Puccinelli. São comuns essas solicitações, às vésperas das eleições, em todos os níveis. O processo funciona algo assim como uma espécie de aval político. São três os personagens: o primeiro é o “avalista”, que, na mensagem, garante o crédito político ao candidato. O segundo é o aspirante ao mandato, o “tomador”, que recebe o aval político. O terceiro é o povo-eleitor, que consiste no “credor” das promessas de cumprimento da plataforma política do candidato.

Felizmente, tenho sido solicitado, com muita frequência, a avaliar as promessas de campanha de candidatos a cargos eletivos, de todos os cantos e recantos do País, ao longo destes meus muitos anos de vida pública. Digo felizmente, porque esse convite, para o “avalista”, não deixa de se constituir num atestado de prestígio e de garantia de legitimidade da população, porque ela reconhece, nele, uma garantia de que as propostas do candidato terão maiores chances de serem cumpridas. Ninguém convidaria a prestar apoio público a quem não desfrutasse de reconhecimento popular e de credibi-

lidade. Assim como, espera-se, não haverá apoio ao “tomador” que não mereça a confiança de que valerá a palavra empenhada. Pior seria jamais ser solicitado a participar de eventos desta natureza. Poderia significar ostracismo político, ou, pior, desconfiança ética.

O “avalista” tem que se certificar de que o “tomador” merece crédito. Muito mais na política, porque, no caso, isso significa, concretamente, acender uma luz na escuridão do analfabetismo, atacar as causas da dor nas filas dos hospitais, firmar a paz na guerra não declarada da violência e construir, enfim, a verdadeira cidadania. Quem avaliza, portanto, é solidário nessa promessa política.

Foi o caso, onze anos atrás. As histórias políticas, tanto do ex-Senador Ramez Tebet, como do então Deputado Federal, Sr. André Puccinelli, por si só, já eram a garantia mais que necessária para que a população de Mato Grosso depositasse, nas urnas, o seu voto de confiança. Não necessitei, nem mesmo, preparar o meu discurso de apoio ao candidato. Deixei as palavras fluírem, naturalmente. Não sei se o meu apoio foi importante para a sua eleição. Eu só sei da minha certeza de que as minhas palavras expressaram, fielmente, os meus pensamentos. Não os substituíram.

Neste caso específico, houve, entretanto, uma separação entre a minha fala e todos os mecanismos técnicos que concretizaram a gravação. A minha ação se resumiu, depois das necessárias montagens de microfones, câmeras, além de um emaranhado de fios, a expressar a minha confiança no sentido de que o candidato do meu partido apresentava todas as credenciais para honrar seus

compromissos junto ao eleitor mato-grossense da capital. Mal sabia, naquele ato, que o tal aparato tecnológico de gravação se tratava, na verdade, de um patrimônio público do Senado Federal, adquirido, portanto, com o dinheiro dos impostos do contribuinte. A TV Senado ainda engatinhava e a preocupação com o devido e necessário cuidado com a propriedade de tal patrimônio passou ao largo da minha preocupação, naquele momento. Passou, também, sem o devido cuidado da direção da emissora que, no meu entender, deveria ter, pelo menos, me comunicado do fato. Afinal, cada dirigente dos diferentes segmentos de uma instituição é o responsável pelo cumprimento das normas legais relativas à atividade que executa.

Mas, como deve ser numa democracia, esse fato não passou despercebido do olho implacável da imprensa. Aliás, a imprensa é o olho clínico da população. É ela quem acompanha se, tanto as promessas, como os avais políticos, são cumpridos tal e qual se estabeleceu no contrato das urnas. Como todos os eleitores e leitores, eu fiquei sabendo da minha incorreção, no mesmo final de semana da edição da revista *Veja* de 25 de setembro de 1996. Não mudaria uma única linha do que falei, naquele dia da gravação. Mas, certamente, se tivesse prestado melhor atenção, ou se tivesse sido alertado, de como ela se fez, pelos princípios que sempre cultivei, teria a mensagem se materializado de outra maneira. Mas, o erro já havia ocorrido e, me cabia, tão somente, me penitenciar. Louvo o trabalho da imprensa, mas seria igual a minha atitude, se tivesse me informado do fato através de qualquer outra fonte.

Imediatamente após a leitura da Veja, instruí a minha assessoria no sentido de que providenciasse um orçamento, com critérios muito bem definidos de isenção, para que se buscasse o valor correspondente, no mercado, dos serviços executados pela TV Senado. Quis saber, portanto, mantido o conteúdo, quanto custaria a forma legal e mais adequada de atender à solicitação que me foi formulada. Foi o que aconteceu. A tal gravação custou, para a população, R\$480,00, a preços da época. Um valor que, necessariamente, teria que ser ressarcido.

Eu não posso imaginar que alguém possa se apropriar, indevidamente, qualquer que seja a forma, de algum recurso público se conhecer, minimamente, a quantas andam os serviços prestados à população, naquela, ou na nossa época. Basta que se visite, por exemplo, um hospital público. Macas e corredores travestidos, respectivamente, de camas e de enfermarias, gemidos lancinantes ou contidos de dor à longa espera por atendimentos cada vez mais precários, verdadeiras loterias, para decidir quem tem o direito de viver e quem é lançado à própria sorte. Todos esses fatos, muito mais comuns do que desejaríamos, pode, até, passar ao largo da percepção das mais sensíveis de todas as criaturas. Jamais do homem político. Isso porque, por concepção, definição e convicção, ele tem que conhecer, profundamente, a correlação existente entre recurso público, ou a falta dele, e as necessidades da população. A dor do hospital, por exemplo.

Essa correlação é, para mim, fundamental na atividade política. Como no caso do exemplo do hospital público, cada minuto

de demora teria como correspondência o prolongamento da dor, lancinante ou contida. Ou, quem sabe, da vida.

Mandei que depositasse, imediatamente, o valor orçado, na conta do Senado Federal. A história poderia ter terminado por aí. Com três capítulos: o do erro, o do reconhecimento do erro e o da penitência. Entretanto, eu não poderia imaginar, em primeiro lugar, que essa mesma história teria cenas extras, protagonizadas, agora, pelo meu grande e saudoso amigo Ramez Tebet. Como eu imaginava, ele também se colocou como protagonista dos mesmos três capítulos. Errou, reconheceu o erro e procurou penitenciar-se. Em segundo lugar, eu também não poderia imaginar que alguém, um dia, anos depois, pudesse se arvorar em recontar a história, baseando-se, apenas, no primeiro capítulo, e dando a ele a versão que melhor lhe conviesse. Pior: que se juntassem capítulos de histórias diferentes.

O Senado Federal passou, nos últimos meses, por uma turbulência política pouco comum nessa nossa jornada em tempos de democracia. Por fatos plenamente documentados e por um erro de estratégia, arrastou-se para o plano institucional os ventos de uma crise de origem pessoal. Uma história que alguns quiseram terminada, apenas, no capítulo do erro. Sem reconhecimento e sem penitência. O Sr. Renan Calheiros viu-se envolvido numa seqüência de fatos que diziam respeito à sua atitude individual e ao seu próprio mandato de senador. Mas, não separou essa situação, que lhe é própria, do cargo de presidente de uma das mais importantes instituições pilares da democracia brasileira.

Nesse emaranhado de diferentes histórias, protagonizadas pelo Presidente do Senado Federal, várias foram as versões que circularam pelos corredores do Senado Federal. Uma delas, a de que o Senador Renan Calheiros procurou, na história de vida de seus pares, fatos que pudessem ser acrescentados no enredo que ele próprio construía.

Normalmente, quem constrói uma versão, junta elementos de verdade e de verossímil. O provável e o possível. A arte desta construção está em transformar, tanto mais, o possível e o verossímil, em provável e em verdade.

Foi com essa fusão de histórias, e com a utilização, tão somente, de capítulos individuais escolhidos a dedo, que se produziu uma versão para o caso da gravação para o candidato do meu partido a prefeito de Mato Grosso. Teria o Presidente do Senado Federal me cobrado, publicamente, pela minha atitude de utilizar a estrutura de gravação do Senado Federal, em sessão que o julgou, a partir de relatório propositivo à perda de seu mandato. Teria dito ele, também, que poderia ter se utilizado dos mesmos mecanismos. Mas, que não o fez. Em suma, que o Presidente teria, portanto, me cobrado pelo erro, sem fazer menção aos dois outros capítulos que completaram a história. Uma leitura ampliada, e equivocada, de uma suposta frase: “Não é, Senador Pedro Simon?”. Não foi assim que aconteceu. Não foi essa a frase, nem esse o contexto, quando o Senador Renan Calheiros a mim se referiu.

Mas, o que valeu para uma parcela da imprensa foi a versão construída, não sei por quem, nem me preocupo a que propósito.

É bem verdade que o ambiente em que teria ocorrido essa versão da história não poderia ser mais propício à construção de versões: uma reunião secreta, apartada da mídia, de pessoas que, em boa parte, são ávidas por holofotes.

Eu nada mais quero a não ser resgatar a verdade dos fatos. Eles podem, até, ser pequenos, diante de tamanhas malversações de recursos públicos, denunciadas pela imprensa, principalmente nos últimos tempos. Mas, para mim, a ética não tem gradação. Ou se tem, ou não se tem. Não existe o ser meio-ético, ou pouco, ou muito ético. Ou é, ou não é.

Trata-se de um princípio que sempre iluminou o meu caminho em mais de cinco décadas de vida pública. Nesta travessia, jamais me arvorei em mostrar qualquer estampa de infalibilidade. Ao contrário, como ser humano, estou sujeito a erros.

No entanto, eu me coloco entre aqueles que procuram reconhecer as suas faltas. E, na medida das minhas forças, saná-las. Foi assim que aconteceu.

Para que a história seja contada à luz dos fatos, com todos os seus capítulos, e com o epílogo que a minha consciência me tange, é que decidi fazer essa publicação, devidamente documentada. Um relato para a história. Em tempos de tamanha barbárie e de tão largos traços de corrupção, quem sabe seja uma história individual que possa ter alguma repercussão positiva na história coletiva. Eis os fatos, e como tudo terminou. Para mim, uma história com começo, meio e fim. Um erro, um reconhecimento e uma penitência. Não

importa o tamanho, nem do erro, nem da penitência. Para mim, neste caso e em outros que a minha falibilidade humana possa, ainda, me criar, o capítulo mais importante não é, nem o primeiro, o do erro, exatamente por ser falível, nem o último, o da penitência, por ser uma obrigação, mas o segundo, o do reconhecimento da falha. A humildade é um dom pelo qual dou graças, diariamente, a Deus, por Ele me dar forças para cultivá-la.

Senador **PEDRO SIMON**

Senador **Pedro Simon**

Discurso: **Colocando os pingos nos “is”**

Senado – Plenário – 10-10-2007

“Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, são 19 horas e 37 minutos de uma sessão que está andando porque tem alguém como V. Ex<sup>a</sup> (Senador Mão Santa) para presidir. Não era horário de eu estar falando aqui, mas venho e até prefiro que seja no final da sessão, porque tenho de falar de um assunto que eu preferiria não falar.

Está havendo uma insistência com relação aos fatos que estamos vivendo no Senado e o envolvimento de pessoas que estariam fazendo pesquisa, levantamento, uma série de coisas para investigar senadores. Outro dia, apareceu uma acusação com relação ao Senador Jefferson Péres, dizendo que a esposa dele trabalhava no seu gabinete. Na semana passada, ele foi à tribuna, quando ficou sabendo, e disse: “Realmente a minha mulher trabalha comigo. Mas, não é funcionária do Senado.”

E isso tem se repetido. Vimos ontem aquele problema com relação a Goiás. Fui atingido também. Quando o Senador Renan falou naquela reunião secreta – e olha que é uma coisa chata reunião secreta, porque todo mundo conta o que quer – não vi o Senador Renan olhar para mim e dizer: “A jornalista tem uma produtora de

televisão. Se eu quisesse, eu podia usar a produção dela e colocar na conta do Senado”. Ele disse isso, mas não o que a imprensa escreveu: “Não é, Senador Pedro Simon?”. O que eu ouvi foi ele dizer: “Senador Pedro Simon [e, quando eu olhei, ele me disse], V. Ex<sup>a</sup> está insistido muito que devo renunciar à Presidência do Senado, mas quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que eu não posso, porque estarei reconhecendo que sou culpado e eu não sou culpado”. Foi o que ouvi. Mas a verdade é que a imprensa publicou de um jeito...

Ontem, no jornal *O Estado de S.Paulo*, e hoje, no jornal *O Sul*, de Porto Alegre: “Espionagem contra senadores reduz apoio a Calheiros”. Aqui (*Nota: Simon mostra o recorte do jornal*) aparece uma série de senadores. “O Senador Pedro Simon foi acusado de utilizar as instalações da TV Senado irregularmente em 1996. Simon foi flagrado fazendo propaganda eleitoral para uma candidatura peemedebista no interior da emissora da Casa”.

Senadores Sérgio Zambiasi e Paulo Paim, que me honram aqui – como sempre, nós do Rio Grande estamos unidos – eu não tinha falado com vocês. Vi agora no jornal. *O Estado de S.Paulo*, de ontem, faz referência ao Senador Pedro Simon. É a mesma coisa.

Vim à tribuna para fazer um histórico, estou colocando todo esse material para fazer parte do meu discurso e vou mandá-lo para todos os jornais. Daqui para frente, não quero voltar a essa matéria; quando falarem de novo, eu mando o meu discurso de hoje.

Está aqui a *Veja* de 25 de setembro de 1996 (ver matéria anexa): “O rei do vídeo. Tucano usa e abusa da TV Senado na campanha

[referem-se ao Senador Vilela Filho, que era presidente do PSDB, às eleições municipais de 96]”. Lá também se disse: “Também gravaram mensagem os Senadores Ramez Tebet, Romeu Tuma, Iris Rezende e Pedro Simon”. Foi isso que saiu a meu respeito na revista *Veja* de 25 de setembro de 1996.

No dia 30 de setembro, uma semana depois, eu vim à tribuna, e vou transcrever aqui, para os *Anais*, o discurso que proferi.

Eu tenho uma imagem de respeito à imprensa, quando está do meu lado e quando está contra mim, eu tenho uma imagem imparcial nesse sentido.

A imprensa tem sido, principalmente nos últimos anos, algo assim como os olhos de Deus na prática política e no tratamento da coisa pública, apontando as mazelas, os equívocos e as coisas que devem ser corrigidas.

*(Nota: Simon lê o discurso feito na época. Ver a íntegra em anexo)*

[...]

Com a revista *Veja* não é diferente, ela sim parece ter o dom da onipresença. Na sua última edição, a de nº 1.463, ela me flagrou a cometer um pecado que eu classificaria como involuntário [...].

Aí eu conto que o pedido feito era para as eleições municipais. Eu fiz mais de cinquenta gravações de televisão a pedido de candidatos a prefeito do meu partido por todo o Brasil.

A pedido do Senador Tebet, eu fiz uma gravação para um candidato – à época o deputado federal André Puccinelli e hoje Go-

vernador do Mato Grosso. Quando fui ver essa gravação, quando fui investigar o que havia acontecido, constatei que a equipe do candidato que veio ao meu gabinete e fez a gravação usou equipamento da TV Senado.

O que eu fiz? Primeiro, mandei um ofício cuja cópia tenho aqui – foi publicado no *Diário do Senado Federal* de terça-feira, 1º de outubro de 1996. No ofício aparece o seguinte nome da empresa: Apoio Empreendimentos de Comunicação Ltda. É uma empresa técnica, especializada, que faz essas gravações (para televisão), e disse que, para usar por dez minutos – tempo que usei – aquela aparelhagem, o valor era x. Eu peguei esse dinheiro e deposei na conta do Senado. Está aqui o número da conta e está aqui o comprovante de que eu deposei: Banco do Brasil, conta número tal e a importância que eu deposei em nome do Senado, (documento anexo).

Mandei ofício ao Senador José Sarney, que era o Presidente do Senado à época, dizendo que a revista *Veja* colocou meu nome como um dos envolvidos e que fui ver, tal. Foi o único caso. Foi uma vez que apareceu meu nome em uma das gravações, no pleito de 3 de outubro, relatado por *Veja*.

“Com o propósito de sanear este erro – repito, involuntário – decidi ressarcir os cofres do Senado Federal [...]”. No ofício, expliquei que estava pagando, devolvendo ao Senado o correspondente àquela gravação e depositando o dinheiro no Banco do Brasil.

Estou acrescentando aqui a carta que eu mandei para a revista *Veja*, onde agradeço, digo que o ato foi feito, mostro a minha ação.

A revista *Veja*, de 2 de outubro de 1996 (ver matéria anexa) – está aqui –, publica na seção Carta ao Leitor, com uma fotografia minha, o seguinte: “A sabedoria de um senador”. Acho positiva essa parte, que é o exemplo do que eu acho que deve fazer a imprensa brasileira, mas que, às vezes, não faz: publica matéria e não publica a retificação. Aqui a revista está publicando, com destaque até maior, a retificação: “A sabedoria de um senador”. Explica como foi, fala da acusação que fez de que eu tinha recebido, de que tinha visto, tinha vindo uma empresa técnica, era a importância x, que depusitei na conta do Senado no Banco do Brasil.

Escrevi para a *Veja* dando todas essas explicações, e ela termina – eu poderia ler o editorial todo, que é bonito – dizendo o seguinte: “*Veja* já andou às turras com Pedro Simon. Algumas vezes, o senador estava certo. Noutras, a revista. Desta vez, no entanto, Pedro Simon não só mostra sua correção como dá uma lição de sabedoria.” É assim que a revista que publicou a matéria conclui, com as minhas explicações.

Tem mais ainda. O saudoso e querido Senador Tebet... Só falo para mostrar a grandiosidade do querido Tebet, se não fosse isso, nem tocaria no nome dele. O que ele faz? Manda uma carta para mim, dizendo que eu tinha atendido um pedido dele para fazer a gravação e que ele não sabia de que maneira tinha sido feita. E que ele tinha insistido para que eu recebesse aquela importância e que eu não aceitei. Ele depositou a importância, em meu nome, no Senado. Está aqui a carta.

O que eu fiz? Peguei essa importância e depusitei na conta da senhora que servia o cafezinho – de acordo com o meu levantamen-

to, no Senado, era quem recebia menos. Peguei o comprovante do cheque depositado em nome dela: está aqui nos *Anais* do Senado.

O Tebet ficou magoado comigo, porque achava que ele é que tinha de pagar; e eu com ele, porque ele não tinha culpa nenhuma. Ele fez a parte dele, achou que tinha de depositar na minha conta. Peguei aquele dinheiro e deposei na conta da funcionária aqui do Senado. Foi isso o que aconteceu.

É o meu estilo. Não ganho pensão de ex-governador e também não recebo a aposentadoria a que tenho direito como Deputado Estadual. Quando renunciei ao Governo do Estado (1989) para ser novamente candidato ao Senado, recebi, porque fiquei seis meses fora do cargo. Assumi meu mandato de Senador da República (1990) e nem me passou pela cabeça que eu continuaria recebendo a aposentadoria do Senado, em função do mandato anterior (1979/87). A contabilidade é uma só, a tesouraria é uma só. Como eles me pagaram? Como senador, tanto; e como aposentadoria do Senado, tanto. Achei aquilo ali estranho. Passou um mês, dois meses. Não mexi no dinheiro. Aquela conta estava ali, foram depositando e depositando. Quando completou um ano, vim para esta tribuna. E por que eu fiz isso? Foi para mostrar a este País como as irregularidades existem, mesmo sem má-fé.

Então, eu vim para esta tribuna. Mostrei o cheque que eu tinha depositado na conta do Instituto de Previdência dos Congressistas do Senado Federal, mostrei que não tinha mexido naquele dinheiro (*Nota: documento anexo*). E disse para o presidente: “Sr. Presidente, estou aqui

há um ano. Eu esperei um ano para ver se a coisa seria corrigida”. E estava lá no Banco do Brasil depositado o dinheiro. Mostrei para o Presidente José Sarney (*Nota: Presidente do Senado, à época*) a conta, o cheque, o depósito.

Então, quero dizer que não podemos brincar com a honra de ninguém. Eu faço assim. Eu era líder da oposição no Rio Grande do Sul, Sr. Presidente, numa época muito dura. Desculpem-me, mas o Rio Grande do Sul sofreu mais do que qualquer outro estado. O Brizola era do Rio Grande do Sul, o Jango (*Nota: Presidente da República, João Goulart*), que tinha sido deposto, era do Rio Grande do Sul, e estavam ali do lado, exilados no Uruguai. Então, massacraram-nos. O Peracchi (*Nota: Coronel da PM Walter Peracchi Barcelos, 1909-1986*) foi “eleito” – entre aspas – Governador na Assembléia Legislativa. Tiraram do povo o direito de eleger pelo voto direto e a eleição de governador foi para a Assembléia, transformada em colégio eleitoral. Na Assembléia, fizemos um entendimento: tínhamos 33 deputados e apresentamos a candidatura do deputado Cirne Lima. Pois o governo cassou, fez o que podia e o Peracchi foi eleito com 23 votos, numa Assembléia com 55. Então, o clima era pesado entre nós.

Aí, houve um episódio grave, a fazenda Santa Rita, um negócio gravíssimo envolvendo a venda da propriedade pela metade do preço. Foi um escândalo. Ao final, fui para a tribuna dizer que o Peracchi não tinha responsabilidade. As pessoas do MDB não gostaram, mas eu disse: “Ao coronel Peracchi quero dizer que estão envolvidos

na história da fazenda o fulano de tal, o fulano de tal, o fulano de tal”. Dei os nomes. “Agora, quanto ao governador, tenho a convicção e provo que ele não sabia de nada.” O coronel Peracchi chorou quando pronunciei isso. Disse: “Poxa, esse rapaz tinha uma oportunidade...”, porque era a minha palavra contra a de ninguém, “e faz uma coisa dessas”.

Mas esse é o meu estilo.

O MDB sempre teve a maioria na Assembléia do Rio Grande do Sul, mas não nos deixavam eleger o governador. Em 1968, fizemos uma esmagadora maioria de deputados, mas, graças às cassações de deputados da oposição, o governador foi nomeado; quatro anos depois, o episódio se repetiu, tínhamos maioria no Colégio Eleitoral e cassaram tantos quantos necessários para eleger o Coronel Triches (*coronel do Exército Euclides Triches, 1919-1994*).

Olha que eu bati duro. Mas eu tinha um lema: o que é bom para o Rio Grande do Sul é bom para o MDB. Não deixei que se misturasse a raiva que tínhamos do governo, daquela gente da polícia pelo que faziam conosco, com os assuntos que interessavam ao Rio Grande do Sul.

Eu, presidente do MDB, líder da bancada, fui presidente da comissão que levou para o Rio Grande do Sul a Aços Finos Piratini. Fui presidente da comissão que levou para o Rio Grande do Sul o terceiro pólo petroquímico. E éramos da oposição, fui criticado por muitos companheiros, mas eu disse: “Não importa, o investimento é a favor do Rio Grande do Sul”.

Acho que esse é o estilo certo de fazer política, é o estilo de fazer política que eu tenho.

Por exemplo, tem senadores que falam com uma vibração, com uma garra. Eu não sei falar assim quando se trata de cobrar de alguém. Só fui advogado de defesa. Nunca fiz uma acusação em toda a minha vida, só trabalhei na defesa. Vejo meu amigo Demóstenes, que foi promotor público, só trabalhou na acusação. Ele é brilhante. Quando fala, ele fala com garra, ele bate. Fico admirado, porque acho que é uma qualidade dele que eu não tenho.

Quando falo do presidente do Senado, falo com profundidade. Estou machucado e estou vindo agora, às 8 horas da noite, para falar e mostrar aos jornais *O Sul* e *O Estado de S.Paulo* sobre uma circunstância que aconteceu onze anos atrás. No entanto, tenho a obrigação de explicar. “Mas como que é o Simon que é isso, que aquilo, de repente tem essas coisas?”

Eu entendo que o Presidente do Senado Renan Calheiros tem o direito de se defender, mas quando digo que ele deve se afastar do cargo, não estou falando como opositor a ele. E, já quero deixar muito claro que, quando falamos e conversamos com a oposição sobre o assunto do afastamento, não me passa pela cabeça participar de qualquer entendimento visando aproveitar isso para pegar alguém de oposição e fazer oposição na Presidência do Senado.

Se isso acontecer, temos que fazer como fizemos com o Têbet (Ramez Tebet 1936-2006). Quando o Jader saiu (da presidência do Senado), o Têbet era Ministro, mas era o homem que tinha a unanimidade

da Casa. Era um homem que, de um lado tinha apresentado a denúncia contra um senador da República, pedindo a cassação dele, e, de outro, era um homem que tinha independência com relação ao governo. E veio para a Presidência do Senado e fez um trabalho brilhante. Mas a sua escolha foi assim: conversou-se e chegou-se a um entendimento.

Alguém fala no Senador Jarbas Vasconcelos. O Jarbas é um ideal, uma identidade, um idealismo; é autêntico em tudo que fala. E o Jarbas disse da tribuna: “Estão falando o meu nome, parem com isso. Eu não posso ser candidato hoje a presidente do Senado porque sou contra este Governo, acho que está errado. Então, não tenho isenção para ser Presidente do Senado”. Isso é um gesto de grandeza.

Não vejo, sinceramente, não vejo, nem no PSDB, nem nos Democratas, nem nos outros partidos qualquer preocupação para usurpar o cargo. O Renan fez o pronunciamento dele, de defesa, na Presidência. Ele não deveria ter falado da Presidência, deveria ter ido para a tribuna. Não era o Presidente do Senado, era um senador que estava respondendo a uma denúncia. Ali ele tinha unanimidade. O PSDB estava com ele, o líder do PSDB foi abraçá-lo. O PFL, os Democratas de hoje, também estava com ele. O PMDB. A líder do PT, meu Deus! Não podíamos tocar no nome do presidente do Senado que ela virava uma leoa! Nunca vi ninguém defender tanto, com tanta convicção e paixão, como ela defendia o Presidente! Foi ali que fui ao seu gabinete falar com ele: “Renan, te licencia, te afasta. Tens que dar um exemplo de isenção e de grandeza.”

Ele foi mal aconselhado. O ex-Presidente do Senado Jader Barbalho, que renunciou para não ser cassado, foi falar com o Presidente Renan, dizendo o seguinte: “Olha, não te afaste. Eu me afastei, virei um morto-vivo andando por aí e depois tive que renunciar para não ser cassado”. Normal o que se fez. Anormal foi o Sr. Jader dar esse conselho infeliz. Isso martela na cabeça do Renan. Não era a mesma circunstância.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador Simon, V. Ex<sup>a</sup> permite um aparte?

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Só um minuto e já lhe darei. Eu digo: “Renan, te licencia!”. Eu fiquei preocupado, ontem. Ele mostrou que sua fibra está no fim. Está. Reparem a diferença entre as primeiras vezes que ele falava da presidência, e falava com um, e dava aparte e não sei o quê, e ontem. Ontem, ele saiu do normal: a cassação da palavra do Mercadante, a cassação do término do Senador Demóstenes aqui, ele falando da presidência, gesticulando. Quer dizer, ele está... Eu tenho curso de Psicologia, embora não exerça a profissão, e digo isto: fiquei preocupado porque acho que ele está num esgotamento. Ele está numa situação realmente delicada.

Eu acho que ninguém tem dúvida da seriedade, da responsabilidade do 1º Vice-Presidente. Ninguém vai levar isso em dúvida. O 1º Vice-Presidente não vai ser menos fiel em cumprir as questões do que o Presidente do Senado de hoje, o Renan. O 1º Vice-Presidente vai ter autoridade, vai ter autenticidade, vai ter condições, realmen-

te, de levar adiante, e não vai deixar as interrogações, porque nada do que o Presidente fez, se fosse o outro, teria tanta interrogação. Mas tudo que o Presidente fizer – o Renan – deixa uma interrogação, porque é ele que está em juízo.

Vim aqui para me defender e para felicitar a escolha do Jefferson Péres (*Nota: relator de representação no Conselho de Ética contra Renan*). Nota dez. Pela isenção, pelo caráter, pela seriedade do Jefferson Péres, sabemos, realmente, que foi um ato de muita coragem e de muito respeito.

Pois não, Senador Paulo Paim.

O **Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador Simon, de forma muito rápida, quero primeiro dizer que a sua história, a sua vida avaliza, não só para este plenário, mas para o Rio Grande e para o País, a sua conduta. Conseqüentemente, Senador Pedro Simon, sinto-me até privilegiado, porque V. Ex<sup>a</sup> comentou comigo e pude ler os documentos que V. Ex<sup>a</sup> levou para a tribuna.

O **SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Comentei, não. Aconselhei-me com V. Ex<sup>a</sup> e com o Senador Sérgio Zambiasi.

O **Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – V. Ex<sup>a</sup> não precisava, como disse muito bem, fazer esse comentário de notícias infundadas, de fato muito bem explicado pela própria revista *Veja*, acontecido há onze anos. Assim mesmo, V. Ex<sup>a</sup> foi à tribuna, e mais uma vez deixa claro ao País porque é tão querido por todos. A segunda questão, Senador Simon, é que deixo aqui registrada a minha so-

lidariedade em relação ao fato de o PMDB retirar V. Ex<sup>a</sup> e o Senador Jarbas da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Faço isso com o maior carinho e respeito a V. Ex<sup>a</sup>, porque V. Ex<sup>a</sup> também demonstrou solidariedade a mim quando, em um momento no passado, quando eu era Vice-Presidente, fui retirado da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo. Sei o quanto isso é chato, o quanto isso nos deixa desgostosos, essa conduta totalmente equivocada do PMDB quando retira V. Ex<sup>a</sup> da CCJ. Fica aqui registrada a minha total solidariedade. Repito: a sua vida mostra para todos nós que a sua conduta, a sua forma de agir é intocável. Eu diria que o Rio Grande do Sul, neste momento, está vendo este debate com muito orgulho do seu Senador Pedro Simon. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>!

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Eu fico emocionado e agradeço. Uma prova do respeito recíproco e de que nós conseguimos o fato meio inédito de três partidos diferentes, três correntes diferentes estarem juntas quando se trata do Rio Grande do Sul é que, nesta hora, 20 horas e 8 minutos, V. Ex<sup>a</sup> e o Senador Zambiasi estão aqui para me honrarem com as suas presenças.

Senador Sérgio Zambiasi, concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Sérgio Zambiasi** (Bloco/PTB – RS) – Senador Pedro Simon, eu estava, como todos aqui no plenário, acompanhando a sua manifestação, e V. Ex<sup>a</sup> nos permitiu viajar um pouco na história política do Brasil e também do nosso Estado. Acho que são momentos ricos para esta Casa acompanhar uma manifestação como esta que estamos vivendo neste momento, com a franqueza, a clareza e

a transparência que caracterizam a sua vida. É verdade que conseguimos construir na Bancada de Senadores do Rio Grande do Sul um conjunto de ações e de atuações que nos deixam muito felizes e, com certeza, aos gaúchos também, porque sabem que, quando o tema é de interesse do Estado, não existem diferenças entre nós, em nenhum sentido. Nós estamos aqui para uma causa, e a principal causa que nos traz até aqui é o nosso Estado, o Rio Grande do Sul, mesmo esta sendo uma Casa da Nação. Então, o Estado tem consciência desse processo. Cheguei a comentar com o Senador Pedro Simon, ao perceber a sua preocupação com a ilação da notícia, que a grandeza do seu personagem, da sua pessoa, da sua história, não exigiria sequer uma explicação da tribuna. Mas, agora, vejo que eu estava errado, porque V. Ex<sup>a</sup> reafirma a grandeza do seu caráter, a retidão da sua conduta, e nos ensina, mais uma vez, que criticar uma posição não é ofender, que ter uma posição não é agredir. E somos testemunhas aqui de que a primeira voz neste plenário a sugerir ao Presidente Renan que se licenciasse foi a sua. Nesse sentido, V. Ex<sup>a</sup> foi a primeira voz, neste plenário, absolutamente respeitosa. V. Ex<sup>a</sup> não sugeriu renúncia, não sugeriu afastamento. Com sua sabedoria, com sua experiência de muitos anos na vida pública, tendo vivido e superado muitas crises – seja nesta Casa; seja no Executivo, como governador de estado ou como ministro; seja como deputado estadual, conduzindo a Assembléia; na oposição, no tempo da ditadura –, V. Ex<sup>a</sup> teve a serenidade de propor uma saída política adequada para aquele momento. Então, é bom se resgatar também aquele momento, quando a crise ainda estava apenas ensaiando nesta Casa. V.

Ex<sup>a</sup>, de forma respeitosa, propõe, publicamente, corajosamente, de forma transparente, a licença do presidente, para que S. Ex<sup>a</sup> possa, com serenidade, trabalhar sua defesa e para que a Casa continue trabalhando. E, como bem comentou o Senador Paim, este também é o momento para – sem querer entrar nos assuntos internos da Bancada do PMDB – registrarmos nossa solidariedade, por um fato que, do nosso ponto de vista, foi um ato de injustiça. O Senado Federal e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa precisam da sua presença, da presença do Senador Jarbas Vasconcelos e da presença de tantos quantos têm toda essa sabedoria, essa experiência, essa sensibilidade política para analisar os projetos, com a responsabilidade que se exige na análise dos projetos. Após tantas manifestações – e o Brasil inteiro manifestou-se –, não tenho dúvida de que, hoje, o Senador Pedro Simon é uma das pessoas mais queridas, mais respeitadas deste País. Espero que a liderança do PMDB possa rever essa situação e que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o tenha de volta logo, para que V. Ex<sup>a</sup> possa continuar oferecendo sua experiência como forma de contribuição, a fim de que esta Casa continue seu caminho, sua história. Parabéns por tudo, Senador Pedro Simon! Estamos felizes por este momento! Engrandecidos, ouvimos um pouco das experiências da sua vida, que, não tenho dúvida, servem para reforçar a história política do Brasil. Cumprimento-o realmente pela sua transparência, por sua franqueza e pela forma justa com que sempre se manifesta.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Muito obrigado, Senador Zambiasi. V. Ex<sup>a</sup>, o Senador Paim e eu consolidamos aqui

uma amizade que me parece muito importante, o que demonstra que se pode, quando se quer, ter uma identidade de propósito pela busca do bem comum.

Não nego a V. Ex<sup>a</sup> e ao Senador Paim que fiquei magoado. Estou há 25 anos no Senado. Ora, 25 anos é um quarto de século! Não acredito que eu fique aqui muito tempo. Faço aniversário exatamente no dia em que termina meu mandato: 31 de janeiro. Daqui a sete anos, estarei com 85 anos; o termo certo não é “estarei”, mas, sim “poderei fazer” 85 anos. Na minha família, ninguém chegou a essa idade. Meu pai, minha mãe, meus tios, meus avós, ninguém chegou a essa idade. Se eu chegar...

Eu disse ao PMDB do Rio Grande do Sul: “Terminei minha carreira”. Eles me disseram: “Mas o senhor não deve dizer isso”. “Mas, por que não devo? Ninguém vai me aceitar com 85 anos”. Perguntaram: “Mas e se o senhor chegar aos 85? E se o senhor decidir ser candidato?”. Respondi: “Bom, aí vocês me levem para um asilo de loucos, porque terei enlouquecido! Posso fazer até muita coisa, se Deus me ajudar, mas fora de uma posição dessa”.

Então, há 25 anos, no primeiro dia em que cheguei aqui, mandaram-me para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Estou lá até hoje. Nunca fui Presidente de Comissão, não é meu estilo. Nunca presidi Comissão: nem Comissão mista, nem CPI, nem Comissão permanente, nunca fui membro de Mesa nenhuma. É meu estilo. Mas que machucou, machucou! Mas tenho de olhar para frente.

Ouço o Senador Suplicy.

O **Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Caro Senador Pedro Simon, desde o primeiro dia em que passamos a conviver aqui, nesta Casa...

O **SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Senador Suplicy, perdoe-me, mas tenho de dizer mais uma vez algo que já disse dez, quinze vezes. Querido Senador Arns, houve época em que, aqui, em seu partido, só havia o Suplicy. Só havia um senador no seu partido. E sou capaz de dizer que o Suplicy dava mais trabalho do que o PT hoje.

Vejo V. Ex<sup>a</sup> como um respeito muito grande. Não se sabia para onde é que ia o PT; não se sabia o que seria o PT. Os trabalhadores o criaram. E V. Ex<sup>a</sup>, aqui, desde o início, defende sua bandeira. Com o maior respeito, vejo V. Ex<sup>a</sup>, o Senador Paim e o Senador Flávio Arns. V. Ex<sup>as</sup> são firmes em tentar manter uma identidade em relação àquilo que foram e em relação àquilo que são. Enalteço uma posição como essa. O partido está no Governo há oito anos, e dizer “sim” para o partido é a coisa mais simples. Os cargos estão abertos. V. Ex<sup>a</sup> disse “sim” à coerência. Isso não significa dizer “não” ao partido, mas significa dizer “sim” à coerência.

Penso assim também, identifico-me com a idéia. Hoje, sou incompreendido, porque digo, com toda sinceridade, que o PT foi um partido fantástico na oposição.

Quando eu era do MDB, na época da ditadura, pensei que eu estava chefiando as Cruzadas. Aquela minha gente do PMDB era

de luta, era de garra. No Rio Grande do Sul, era ditadura, era cadeia, era prisão, era tortura, era desaparecimento! Tínhamos de juntar os tostões para ajudar. Lembro-me, como se fosse hoje, do Prefeito de Porto Alegre, Sereno Chaise: ele estava preso, na cadeia, e tínhamos de ajudar a família dele a se recompor. Isso aconteceu centenas de vezes, e aquela gente lutava. Pensei que éramos os novos Apóstolos! Quando chegamos ao governo, vi que não era bem assim. Isso aconteceu com o PSDB, que saiu do PMDB, porque éramos puros, mas, quando chegaram ao governo... E isso aconteceu com o PT.

Passsei oito anos criticando Fernando Henrique Cardoso, que era Ministro da Fazenda,! O homem escreveu, escreveu e, quando foi para o governo, mandou que esquecessem o que ele escreveu. Eu era para ser o líder do governo dele. Saímos juntos do Palácio: o Itamar, ele e eu. Ele era nosso candidato; saímos juntos. Mas, quando percebi, não pude aceitar e passei oito anos ao lado do PT, batendo.

Agora, quando falo que estou do lado do PSDB, batendo no PT, as pessoas perguntam: “O que é isso?”. Com todo respeito, o nosso querido amigo Lula é um Fernando Henrique com mais competência. Fernando Henrique era um intelectual de primeira grandeza, um escritor espetacular, um orador, o melhor que conheço; o outro, um operário, fala muito bem, e de outro jeito, tem outras características, mas as duas pessoas, para mim, estão se confundindo, estão se identificando.

A social-democracia, quando Fernando Henrique entrou, era moda no mundo inteiro, não somente no Brasil. A social-demo-

cracia estava na França, com Miterrand; estava na Espanha, com Felipe González; estava na Inglaterra, com o então Primeiro-Ministro Tony Blair, que recém deixou o governo; e chegou ao Brasil. Mas não era social-democracia. E, com todo o respeito, o PT também não foi um partido de esquerda progressista. Mas V. Ex<sup>a</sup> está lá, com seu projeto de renda mínima.

O **Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – É o projeto de renda básica de cidadania, já aprovado, sancionado.

O **SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Está defendendo seus princípios, e eu o admiro muito. Fiquei muito magoado com uma manchete que vi nos jornais. V. Ex<sup>a</sup>, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, discordou e apresentou uma proposta, e a imprensa publicava que Lula queria saber “quem botou o Suplicy no Conselho de Ética?”. Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>. Termine o aparte.

O **Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Caro Senador Pedro Simon, o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, hoje, faz-me ter a certeza de que têm sido bons os momentos em que eu, tantas vezes, aqui conversei com V. Ex<sup>a</sup>, inclusive para me aconselhar quanto aos melhores caminhos vividos por ambos no Senado Federal. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup>, com sua experiência e com seu conhecimento, que os princípios e anseios que tem, que são próprios do povo gaúcho e do povo brasileiro, hoje reconhecidos em todo o território nacional, são muito próximos dos meus. V. Ex<sup>a</sup>, com a forma transparente com que esclarece os fatos, hoje, dá mais um exemplo disso.

O **SR. PEDRO SIMON** (PMDB-RS) – Muito obrigado. Senador Garibaldi Alves.

O **Sr. Garibaldi Alves Filho** (PMDB-RN) – Senador Pedro Simon, creio que o povo do Rio Grande do Norte espera uma palavra minha, neste momento. Na verdade, não me entenderia se eu não dissesse a V. Ex<sup>a</sup> que, no outro lado do País, no outro extremo, no outro Rio Grande, o Rio Grande do Norte, lá também V. Ex<sup>a</sup> é ouvido, é acatado, é respeitado. V. Ex<sup>a</sup> sabe disso, porque já foi lá e já sentiu o carinho da nossa gente. Já participou de lutas políticas. Portanto, venho trazer esta palavra. Já trouxe a palavra de solidariedade; agora trago uma palavra de amizade, de carinho por V. Ex<sup>a</sup>, sobretudo porque sempre tive por V. Ex<sup>a</sup> a maior admiração. Sou daqueles que ainda tenho um livro de V. Ex<sup>a</sup>, publicado com seus discursos na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Está lá na minha estante, fazendo com que eu possa, aqui e acolá, ler o que V. Ex<sup>a</sup> dizia, com a certeza de que V. Ex<sup>a</sup> não mandou ninguém esquecer o que V. Ex<sup>a</sup> disse quando era deputado estadual. Estou ao lado de V. Ex<sup>a</sup> nesta nossa luta para salvar a dignidade do Senado, para que o Senado volte a ser a Casa maior da Federação, representando nossos estados, tanto o Rio Grande de V. Ex<sup>a</sup> como o meu Rio Grande. Muito obrigado, Senador.

O **SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Fico muito emocionado com V. Ex<sup>a</sup>. Realmente, desde seu primeiro mandato, temos nos respeitado, e tenho acompanhado o brilho de V. Ex<sup>a</sup>. São impressionantes a liderança e o prestígio que V. Ex<sup>a</sup> tem no Rio

Grande do Norte, com esse seu estilo tranqüilo, sereno de falar, e é a grande voz nas horas difíceis.

Hoje V. Ex<sup>a</sup> tomou uma posição corajosa. V. Ex<sup>a</sup> realmente vem debatendo no sentido de encontrar uma fórmula, não contra ninguém, mas a favor do nosso País, do nosso Rio Grande e do nosso querido PMDB. Essa luta nós viemos travando há longo tempo, V. Ex<sup>a</sup> com a sua competência, com a sua capacidade, no sentido de que nos lembremos das nossas origens. Nós nascemos na hora de uma aliança popular, na dramaticidade dos momentos que esta Nação já viveu, quando as armas dos militares pareciam que iam durar uma eternidade, vimos vindo, e não podemos agora esquecer nosso passado. V. Ex<sup>a</sup> é uma das figuras mais dignas, mais corretas e por quem tenho uma grande admiração. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Senador Flávio Arns.

O **Sr. Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) – Senador Pedro Simon, em primeiro lugar, é sempre uma alegria, uma honra, um prazer escutá-lo e vê-lo também; não apenas sua palavra, mas sua presença é sempre sinal de entusiasmo, de esperança, de credibilidade. Vou dizer três coisas. A primeira, para o povo do Rio Grande do Sul, como Senador do Paraná. Que honra o Estado tem, que alegria, que satisfação em poder dizer, de peito aberto, de peito cheio, em relação à figura de V. Ex<sup>a</sup>: “Nós temos um excelente senador, um senador digno, um senador combativo, um senador competente, um senador que tem um ideal para a sociedade, um senador que tem uma palavra, esteja na oposição ou na situação”, como disseram as demais pessoas, ou

seja, um senador que tem uma palavra definida na sua história de vida. Como senador do Paraná, digo ao povo do Rio Grande do Sul: “Sintam orgulho. Oxalá, povo do Rio Grande do Sul, que em...

(Interrupção do som.)

O **SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB-PI) – Senador Pedro Simon, Petrônio Portela marcava uma hora para o grande líder gaúcho, Brossard. O homem é o homem e as circunstâncias. Nossas circunstâncias são outras. Estou, em nome do Piauí, garantindo o tempo que V. Ex<sup>a</sup> queira. Há um orgulho no Piauí. Nós nos sentimos os gaúchos do Nordeste. V. Ex<sup>a</sup> pode continuar na tribuna o tempo que julgar conveniente.

O **SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – V. Ex<sup>a</sup> calcule a emoção que tenho com suas palavras. Realmente, tenho sensibilidade, e sei que estou ultrapassando, que estou abusando. V. Ex<sup>a</sup> é tão generoso que eu lhe aconselho daqui a pouco a apertar a campainha e cortar meu microfone, porque eu, às vezes, abuso mais do que o necessário.

De coração, muito obrigado.

O **Sr. Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) – Portanto, Senador, o primeiro ponto é transmitir essa mensagem dos outros estados para o Estado do Rio Grande do Sul, com a certeza absoluta, em um segundo aspecto, de que este é o sentimento do Brasil. Por onde vamos pelo Brasil, as pessoas se lembram de V. Ex<sup>a</sup> e o associam àquilo que o Senado deveria ser. Esse é o motivo importante de reconhecermos e valorizarmos a presença, a palavra de V. Ex<sup>a</sup>, no sentido da credibilidade

que esta Casa tem que ter. Nós temos que ter referências, e V. Ex<sup>a</sup> é essa referência. O terceiro aspecto diz respeito a recapitular o que foi dito em relação aos partidos políticos, quando na oposição e quando no governo. Essa busca, essa necessidade – e V. Ex<sup>a</sup> fez uma reflexão sobre isso –, a necessidade da coerência, da questão ética, do compromisso social, do compromisso com o povo organizado, de transformação, de transparência, de poder acreditar na palavra do político, que, antes de assumir o poder, tem uma palavra e, depois, tem que manter essa palavra. Como nós nos ressentimos de falta de exemplos nesse sentido! Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>. Qualquer explicação que V. Ex<sup>a</sup> tenha optado em oferecer à sociedade nesse sentido que V. Ex<sup>a</sup> colocou, de respeito, de querer também sempre dar a instrumentação para o eleitor, tenha a certeza de que, para todos nós, qualquer explicação que venha será recebida com solidariedade, com respeito, com admiração, com entusiasmo, pois V. Ex<sup>a</sup> é uma das maiores figuras públicas que o Brasil já apresentou para o povo em sua história. Parabéns! Que bom que estamos juntos, e oxalá, no dia 31 de janeiro, daqui a sete anos, V. Ex<sup>a</sup> esteja começando mais um mandato como senador. Parabéns!

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB-RS) – Fico emocionado com o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, sinceramente. Sou uma pessoa, no fundo, tímida e mais encabulada do que parece. As palavras de V. Ex<sup>a</sup> me gratificam, no sentido de que V. Ex<sup>a</sup> fez um gesto de carinho e de afeto. É muito bom, nesta hora que estamos vivendo, dias tão tumultuados, como foi a sessão de ontem, que nós aqui, Presidente, possamos mostrar, neste ambiente sereno, que o carinho, o amor e o respeito existem entre nós.

Tenho o maior respeito por V. Ex<sup>a</sup>. Acho o seu trabalho no Paraná muito importante. V. Ex<sup>a</sup> é uma pessoa identificada com os problemas sociais; é uma das vozes, como o Senador Paulo Paim, que representa a gente mais simples, a gente mais humilde, a gente que, sinceramente, não tem voz.

**O SR. PRESIDENTE** (MÃO SANTA – PMDB – PI) – Prorrogo novamente a presente sessão, para que se complemente o pensamento de Pedro Simon.

Em uma época em que estamos vivendo a ditadura do mercado, que dita todas as normas para o Brasil e para o mundo, é muito importante que gente como V. Ex<sup>a</sup> permaneça com seus ideais e com suas bandeiras. De coração, muito obrigado.

*(Nota: o Senador Delcídio Amaral – Bloco PT – um aparte)*

Meu querido Senador Delcídio. Quando foi escolhido presidente daquela CPMI, a voz generalizada era a de que seria uma direção chapa-branca, que não daria em nada. Eu participei, e a isenção, a dignidade, a correção com que V. Ex<sup>a</sup> agiu, a imparcialidade... V. Ex<sup>a</sup> parecia um desembargador que não tinha andado por outro lugar que não o Tribunal de Justiça, e os resultados estão aí.

O que o Supremo está julgando agora, que é uma maravilha, começou lá naquela comissão, em que ninguém acreditava. Achavam que não ia dar em nada, mas deu.

V. Ex<sup>a</sup> tem esse grande mérito, grande mérito! E alguns podem não compreender V. Ex<sup>a</sup>: “Mas, como? É companheiro nosso!”

Acho que foi o ato talvez mais importante da sua vida, acho que o mais difícil. Pegar uma comissão daquela, com as pressões que sofreu e sair como V. Ex<sup>a</sup> saiu foi uma dignidade. V. Ex<sup>a</sup> é um exemplo a ser seguido. Meus cumprimentos.

O **Sr. Delcídio Amaral** (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon. Não poderia também deixar de registrar, nesta quarta-feira, depois de uma semana extremamente complicada...

O **SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – É verdade.

O **Sr. Delcídio Amaral** (Bloco/PT – MS) – E o nome de V. Ex<sup>a</sup> dispensa comentários. Quando era estudante já ouvia falar de Pedro Simon, como Governador de Estado, como Ministro de Estado. V. Ex<sup>a</sup> tem 25 anos de mandato como Senador da República, poucos são os brasileiros que conseguiram essa honra. E V. Ex<sup>a</sup> não a conseguiu à toa: tem uma biografia irretocável. V. Ex<sup>a</sup> honra seu estado, o Rio Grande do Sul, um estado em que é difícil fazer política, porque é pujante e tem pessoas com um discernimento grande – não que os outros também não o tenham, mas o Rio Grande do Sul, até pelo perfil econômico de sua sociedade, é um estado muito rigoroso com seus homens públicos. Com a história de V. Ex<sup>a</sup>, não tenho dúvida nenhuma de que todas as provações e obstáculos que poderia passar como homem público, como político, V. Ex<sup>a</sup> ultrapassou, mas, acima de tudo, V. Ex<sup>a</sup> honrou seu estado e o Brasil. E, no momento em que existe uma carência tão grande de homens públicos com a imagem de V. Ex<sup>a</sup>, com seu caráter, com seu perfil, temos, mais do que nunca, de ter muito cuidado, muito apreço por V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> tem um valor inestimável em função das crises todas

que infelizmente o nosso País enfrenta, principalmente com relação aos homens públicos, à classe política. Estamos vivendo um drama, há mais de três meses; a cada semana uma novidade, e o desgaste aumenta dia a dia. Acho que, no final, Senador, erramos todos.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – É verdade.

**O Sr. Delcídio Amaral** (Bloco/PT – MS) – Meu pai dizia que não poderíamos morrer por delicadeza. E, talvez por delicadeza, tenhamos chegado aonde chegamos. Ontem, aliás, desde a semana passada, tenho acompanhado o recrudescimento das nossas dificuldades aqui no Senado. Falo publicamente, porque disse isso sinceramente ao Líder do PMDB, quando tomei conhecimento, em Mato Grosso do Sul, na semana passada, do afastamento de V. Ex<sup>a</sup> e do Senador Jarbas Vasconcelos da CCJ. Com a pouca história que tenho como político e detentor de mandato, acho que foram muito poucas as situações em que isso ocorreu, principalmente focando-se figuras ilustres da política nacional, como V. Ex<sup>a</sup> e como o Senador Jarbas Vasconcelos. Dentro de um ambiente degradado, entendia que essa medida funcionaria como um complicador grave dentro do processo que estamos vivenciando.

Esta semana, na tarde de ontem, quase como um desaguiçadouro de todos esses desvios e equívocos, eu talvez tenha assistido à sessão mais patética que este Senado desempenhou. Todos saímos menores depois do que aconteceu ontem. Não tenho dúvida nenhuma disso, por mais nobres que fossem os sentimentos de muitos ou da maioria dos Senadores e Senadoras.

O reflexo disso, Senador Pedro Simon, é olhar V. Ex<sup>a</sup> trazendo matérias de dez anos atrás da revista *Veja*, curiosamente em função de um programa eleitoral que gravou para o atual governador do meu estado, Mato Grosso do Sul, naquela época, para a campanha eleitoral dele a prefeito de Campo Grande; é assistir a V. Ex<sup>a</sup>, com toda essa bagagem, com toda essa história, ter de vir à tribuna para justificar coisas absolutamente ultrapassadas, que foram, mais do que nunca, ultrapassadas com a transparência e a postura pública que V. Ex<sup>a</sup> sempre teve! E agora, de uma hora para outra e, pelo que entendi da sua exposição, até jornais do seu estado estão colocando dúvidas com relação à carreira pública, absolutamente digna, transparente, cristalina, republicana de V. Ex<sup>a</sup>.

Portanto, meu caro Senador Pedro Simon, quero dizer que tudo isso que estamos vivendo aqui, e dentro dessa conversa serena que, como V. Ex<sup>a</sup> disse muito bem, há muito tempo não temos neste plenário, assistindo a V. Ex<sup>a</sup> responder a coisas que nenhum brasileiro pode colocar em xeque, situação que mostra o clima absolutamente descontrolado que infelizmente o Senado tem vivido, leva-me a falar por todos os sul-mato-grossenses – tomo a liberdade de falar por todos os sul-mato-grossenses – que o senhor não somente tem a nossa solidariedade, porque sabemos o homem público que V. Ex<sup>a</sup> é, mas também que é uma honra compartilhar com V. Ex<sup>a</sup> um assento aqui no Senado Federal, aprender com V. Ex<sup>a</sup>, com a experiência, com a sinceridade, com aquele misto de emoção e sensibilidade de argúcia em função do momento que enfrentamos ou de vários outros que enfrentamos aqui. Portanto, não só tenha a

admiração de todos nós sul-mato-grossenses, mas, acima de tudo, o respeito da nossa Bancada por tudo que V. Ex<sup>a</sup> representa e que honra, com trabalho e com determinação. Não sabia que V. Ex<sup>a</sup> – fiz as contas e concluí – já estava na casa dos 78 anos; e 78 anos bem vividos, vividos principalmente com preocupação com o Brasil, com a nossa população e com o futuro da nossa terra e da nossa gente. Conte conosco sempre, e que Deus continue eternamente iluminando V. Ex<sup>a</sup> nessa caminhada de êxitos e, acima de tudo, de brasilidade. Um grande abraço, Senador Pedro Simon. Conte conosco sempre.

O **SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Agradeço muito o aparte de V. Ex<sup>a</sup>; agradeço muito mesmo. Fui grande amigo do companheiro Tebet, que sei que era grande amigo de V. Ex<sup>a</sup>. E, por intermédio dele, tive a oportunidade de conhecer muito Mato Grosso do Sul. Quando vou lá, tenho me queixado um pouco. É tanto gaúcho bom que vejo lá que digo: é por isso que o Rio Grande tem esse problema, os bons estão indo embora. Mas a identificação deles com a terra de vocês, o carinho que eles têm por ela! Participei, Senador Paim, de um congresso regionalista do CTG em Mato Grosso do Sul – não sei qual número do congresso regionalista foi, mas havia uma infinidade de CTGs, que nos fazia, a nós do Rio Grande do Sul, ficar com inveja. E eles estão ali levando o mesmo espírito, a mesma garra, a mesma dedicação. Eu, com muito carinho, com muito amor, dizia-me: mas essa gente faz falta para nós. Nós estamos sentindo falta dessa gente. Há uma identidade na maneira de ser, porque o Mato Grosso do Sul é um Estado em que o

cidadão se dedica à terra: planta, colhe, vive, ama a sua terra. E, de certa forma, o gaúcho está quase melhor ali do que em seu estado, porque lá tem as montanhas, tem os morros; Mato Grosso é uma espetacular terra, da qual V. Ex<sup>a</sup> é um digno representante.

No entanto, saliento a manifestação de V. Ex<sup>a</sup> no que tange à hora que estamos vivendo. E V. Ex<sup>a</sup> disse uma coisa muito importante: na sessão de ontem, ninguém saiu ganhando. Nesses três meses que estamos vivendo aqui, não vamos nos iludir, ninguém está somando, ninguém está ganhando. Cai o Congresso, caímos nós, estamos caindo no mesmo nível. Se tivermos uma solução de grandeza, vai somar para todos.

Aqui estamos nós, do PMDB, do PT, debatendo, analisando. As coisas acontecem. Todos nós temos os momentos de altura e os momentos de descida. A vida é um dia depois do outro como diz o Eclesiástico, “a cada dia a sua agonia”. Alguns têm mais, outros têm menos.

Eu já tive momentos na minha vida que achei não ter mais o que fazer. Perder um filho de dez anos em um acidente. Minha mulher estava guiando o carro, terminou não suportando, e eu a perdi também por diminuição de amor, de entendimento da realidade, uma depressão real. Até hoje, se vocês me perguntarem: “Mas Simon, como tu te elegeste governador do Rio Grande do Sul?”, eu juro que eu não me lembro. Meu filho morreu, seis meses depois morreu a minha mulher e seis meses depois fui eleito governador. Não sei. Tiraram-me de casa não sei como. Eu nunca respondi que

era ou que não era. Fizeram a convenção, indicaram-me e eu me elegi governador. Eu sempre digo que foi uma hora muito triste. E eu acho que, se fosse depois, eu teria sido um governador bem melhor, porque eu vivi uma fase muito difícil. Mas passou.

O importante, como é dito, é que não há porta que se feche e que não se abra outra. Não há janela que se feche e que não se abra outra. Não há dia, por mais escura a noite, por mais torturante, por maior relâmpago que possa acontecer, sempre vai nascer um raio anunciando a aurora de um novo dia. Amanhã é outro dia.

Muito obrigado.”

Senador **Pedro Simon**

Discurso: **Resposta à revista** *Veja*

Senado – Plenário – 30-09-1996

“Sr. Presidente, este meu breve discurso é, na verdade, a manifestação de um ato de contrição. Como sabem todos aqueles que professam a fé religiosa, perante Deus, os pecados se classificam em mortais e veniais. Isso, sem contar o pecado original, que é a própria concepção do homem.

A minha profissão de fé e o meu temor a Ele me orientam no sentido de, enquanto receber a graça da vida neste mundo, tentar manter a alma limpa dos pecados que possam mortificá-la.

Como um ser humano, à semelhança do Criador, não carrego mais a mácula do pecado original. O meu nome, Pedro, foi consagrado, desde logo, na pia batismal de Caxias do Sul e, sobre essa mesma pedra, procurei edificar, sempre, a minha própria vida.

A vontade de Deus e a confiança da população do Rio Grande do Sul me fizeram um homem público. Tenho consciência de que os homens públicos, hoje, padecem do mal da falta de credibilidade. As pesquisas mostram que, ao que tudo indica, a população brasileira recriou, na classe política, uma nova versão do pecado original: para a grande maioria, o homem público já nasce com o

pecado da corrupção. Talvez seja por isso que se diz que o homem público tem, necessariamente, que passar pelo “batismo” das urnas. Talvez seja, também, por isso que parece que todo eleitor, ao depositar seu voto na urna ou apertar botões, na sua versão eletrônica, parece proferir as palavras que lhe são sagradas: eu te batizo em nome da ética, da probidade e do caráter. Mais do que isso: esse mesmo batismo tem que ser confirmado a cada quatro anos, algo assim como uma “crisma” eleitoral.

Fui “batizado”, na vida pública, há quarenta anos e venho sendo “crismado”, sucessivamente desde então. A população gaúcha, esses verdadeiros confessores a quem proponho sempre, manifestar todos os meus atos, tem me confirmado a graça e a honra de representá-la no Congresso Nacional.

Como homem público sou, antes de tudo, um ser humano. Por isso, não estou imune de todos os pecados veniais. Não os omito, porque a omissão é, para mim, o maior de todos os pecados mortais. Mas os reconheço, para não repeti-los. Nasci à semelhança do criador, mas nunca tive a pretensão da infalibilidade.

A imprensa tem sido, principalmente nos últimos anos, algo assim como os olhos de Deus na prática política e no tratamento da coisa pública. Foi o seu dedo que apontou as mazelas da administração pública que culminaram com o *impeachment* de um presidente e a cassação de parlamentares. E a população confessora foi implacável na penitência: para alguns, o purgatório da inelegibilidade temporária, para outros, o inferno do esquecimento e do desdém.

Com a revista *Veja* não é diferente, ela sim parece ter o dom da onipresença. Na sua última edição, a de número 1463, ela me flagrou a cometer um pecado que eu classificaria como involuntário, Tanto assim que eu mesmo dele tomei conhecimento quando li a matéria “O Rei do Vídeo”, na página 40. Foi ali que eu soube que havia cometido tal erro. Nos últimos dias, como é de conhecimento amplo, tenho gravado, em vídeo, inúmeras participações em campanhas eleitorais, todas elas para manifestar o meu apoio a candidatos que, repito, julgo serem merecedores do “batismo” das urnas: éticos, probos e de caráter intangível. E, em todas elas, foram utilizados equipamentos de emissoras independentes. Em um único caso, a pedido de um ilustre senador, gravei mensagem eleitoral recomendando um candidato à prefeitura da capital de seu estado. Ali, como que a me tentar estava um equipamento do Senado Federal.

Mas os princípios que nortearam a criação da TV Senado e os regulamentos que orientam o seu funcionamento provaram que *Veja* tem razão. Eu cometi um pecado, apesar de involuntário. Só espero que os pecados involuntários sejam, no máximo, veniais. É por isso que, imediatamente, procurei confessá-lo, e não menos incontinente, penitenciar-me.

Procurei abrigo na minha consciência e na opinião de pessoas mais próximas, como se fossem a verdadeira síntese de todos os meus ‘confessores’ e procurei redimir-me da forma que nos pareceu mais justa: a de ressarcir a população dos gastos incorridos com tal atitude.

Ato contínuo, vali-me de um levantamento de custos, com profissionais independentes, a partir de indicadores conhecidos na gravação efetivamente levada a efeito. Nesse sentido, encaminhei ao Senhor

Presidente do Senado Federal o ofício anexo, do qual peço transcrição, para os Anais desta Casa, datado de 24 de setembro de 1996.

Encaminhei, ainda, à revista *Veja*, a correspondência 63/96, cujo teor, também, peço que se transcreva. Em ambos os casos, juntei cópia do orçamento da empresa Apoio Empreendimentos de Comunicação Ltda., sita à SAAN Quadra 03 Lotes 70/80, fone (61) 3234-8181 e do correspondente à depósito de R\$480,00 (quatrocentos e oitenta reais), na Conta do Senado Federal, de nº 55557351-6, agência 2636-0, do Banco do Brasil.

*(Nota: documento anexo)*

Espero que este meu ato de contrição (e de penitência) permita que eu possa continuar recebendo o divino sacramento da Comunhão.

Mas, Sr. Presidente, se me obrigo a cumprir as leis de Deus e dos homens, entendo que todos estão obrigados a cumpri-las também. Desse modo, não posso aceitar o descaso com que foram tratados regulamentos da Casa, no episódio em questão. A observação do ilustre servidor, transcrita por *Veja*, de que “se os senadores quiserem fazer *strep-tease*, nada podemos fazer”, “não podemos impedir nada”, caracteriza imperdoável omissão.

O Regimento Interno e as demais normas que regem o Senado Federal têm de ser obedecidos por todos que a integram, independente do seu *status*. E compete a quem incumbido de fazê-los cumprir, exigir o seu cumprimento. Ninguém – seja o presidente, o senador, o diretor de secretaria, o chefe de departamento, o es-

criturário ou o contínuo – deve ser tratado diferentemente no que diz respeito à observância das leis e regulamentos que lhes incube observar.

A proibição de utilizar a TV Senado, em casos como esse, está correta e, independente de considerá-la correta, entendo que, fazendo ela parte do regulamento, tem que ser cumprida. E o responsável pela obediência à norma tem que exigir seu cumprimento, por todos. Portanto, todos os senadores estão proibidos de utilizar os serviços da TV Senado fora das normas estabelecidas no regulamento. Isto deve ser cumprido. Cabe ao serviço responsável pela TV Senado impedir, proibir tal utilização. Se não é permitido utilizar o serviço da TV Senado fora do regulamento, nenhum senador pode querer utilizá-la. E, se quiser, tem que ser impedido, a qualquer custo, pela direção da TV Senado.

Era o que tinha a dizer.”

Senador **Pedro Simon**

Discurso: **Desdobramentos da matéria de *Veja***

Senado – Plenário – 16-10-1996

“Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, retorno à presença de Vossas Excelências para tratar dos desdobramentos da atitude que resolvi assumir em relação ao uso involuntário dos estúdios e equipamentos da TV Senado para a gravação de mensagem de apoio ao candidato do PMDB à Prefeitura de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, deputado federal André Puccinelli, conforme pedido do companheiro e amigo Senador Ramez Tebet, cujo nome cito, agora, pelas razões que se verão a seguir.

Em discurso apresentado nesta Casa, em 30 de setembro último, procurei esclarecer a todos sobre o engano então cometido e informar das providências que tomei para ressarcir o Senado Federal da importância correspondente ao uso dos seus estúdios e equipamentos.

Desde a publicação da matéria “O rei do vídeo”, pela revista *Veja*, edição de 25 de setembro passado, enfocando o episódio, o ilustre Senador Ramez Tebet vem insistindo comigo em assumir, por inteiro, a responsabilidade pelo ocorrido, uma vez que o convite para efetuar a gravação partiu dele, com o que não concordei, evidentemente, por enxergar, no episódio, minha parcela de responsabilidade.

Ontem, finalmente, à minha revelia, o Senador Ramez Tebet decidiu depositar, em minha conta corrente no Banco do Brasil, a importância de R\$480,00 (quatrocentos e oitenta reais), correspondente à quantia que eu havia recolhido aos cofres da Casa, em ressarcimento ao uso de seus estúdios e equipamentos.

Ao enviar-me o comprovante de depósito, para conhecimento, o ilustre colega e amigo fê-lo acompanhar de uma amável carta explicativa das razões que o levaram a esse gesto de grandeza e altruísmo.

Decidi, então, ao invés de manter a elegante contenda sobre a quem caberia o ônus de ressarcir o Senado dos custos incorridos, destinar a importância em causa a um *tertius*, entendendo que, assim, nenhum de nós se sentiria constrangido. Foi deste modo, Senhoras e Senhores Senadores, que mandei depositar os R\$480,00 na conta corrente do Banco do Brasil, Agência Senado Federal, nº 231848-2, de Dona Tereza Alves da Conceição, a senhora que, com tanta amabilidade e dedicação, nos serve o cafezinho, no salão ao lado do Plenário do Senado Federal.

Essa importância, pouco expressiva para qualquer um dos dois contendores pela assunção da responsabilidade de ressarcir a TV Senado, haverá de ter algum significado para D. Tereza, diante do seu modestíssimo salário. Não tive com isso a pretensão de reeditar o sábio gesto do Rei Salomão, mas, sem dúvida, busquei inspiração, neste e em outros ensinamentos da *Bíblia*, para acudir ao impasse que se estabelecera entre a minha vontade e a do prezado amigo e colega.

Em sua carta, o Senador Ramez Tebet informa, igualmente, que os Senadores Íris Rezende e Romeu Tuma, que participaram do mesmo

episódio e sob as mesmas circunstâncias, decidiram, como ele, seguir os mesmos procedimentos que a consciência me inspirou, naquela ocasião, e irão ressarcir o Senado Federal pelo uso de seus estúdios e equipamentos de TV. Tal fato me é duplamente gratificante, por convalidarem o meu gesto e por entender que esta atitude serviu de inspiração aos ilustres colegas para que eles restabeçam a verdade sobre sua inegável honestidade e sua retidão de propósitos, ao assumirem a grave responsabilidade de representarem as vontades dos milhões de eleitores que lhes confiaram seus mandatos.

Desse modo, Senhor Presidente, entendo que esse episódio, malgrado os desgastes que trouxe, para nós e para a Casa que representamos, foi providencial para que, desde os primeiros tempos de funcionamento deste importantíssimo serviço de divulgação dos trabalhos parlamentares pela TV Senado, se estabeleça, de uma vez por todas, que há normas a serem observadas e que essas normas não podem ser violadas ou escamoteadas sob qualquer pretexto e por quem quer que seja. Se esse foi o preço a pagar, em termos de constrangimento para nós e tudo mais, foi pouco. Resgatar e assegurar a honesta utilização dos recursos da TV Senado vale o sacrifício do *mea culpa* com que nós, os quatro Senadores aqui citados, procuramos restabelecê-la.

Com este discurso, Senhor Presidente, estou entregando cópias da carta que me dirigiu o Senador Ramez e da carta que lhe dirijo em resposta, juntamente com o comprovante do depósito que fez em minha conta bancária e o comprovante do depósito que fiz na conta de D. Tereza, pedindo a Vossa Excelência que os faça publicar, no *Diário do Senado Federal*, ao final deste pronunciamento.

Muito obrigado.”

## ANEXOS/DOCUMENTOS

Matéria da revista *Veja*

Editorial da revista *Veja*

Carta à revista *Veja*

Carta ao Presidente do Senado

Carta-orçamento

Carta do Senador Ramez Tebet

Carta-resposta ao Senador Ramez Tebet

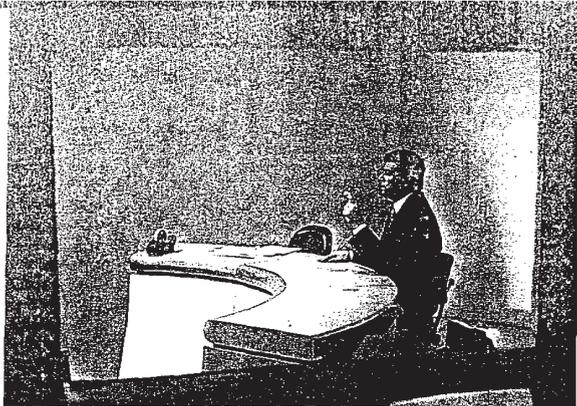
Recibo de depósito na conta do Senado

Recibo de depósito na conta de servidora do Senado

Recibo de depósito na conta do Instituto de Previdência dos  
Congressistas (IPC)

como quem não sabe de nada. No caso do DF, o governador optou por não mover uma palha e deixar seu serviço secreto cometendo abusos. Depois, pelo visto, passou a gostar dos relatórios. Para o presidente da CUT do Distrito Federal, o petista José Zunga, que chegou a levar ao governador sua indignação quando soube da arapongagem da PM meses atrás, Cristovam até lhe ofereceu cópia dos relatórios. "Uma vez o governador me contou que acompanhava a movimentação sindical por esses informes e até mandaria uma cópia para mim", lembra o sindicalista Zunga.

COP ANTONI BRUNO



**Teotônio Vilela Filho, na TV do Senado: dezenas de gravações**

**Circo** — Extremamente vaidoso, dono de uma personalidade de poeta, o governador Cristovam Buarque é do tipo que conversa como quem sempre terá a melhor idéia da noite e tem certeza de que fará um grande governo porque é um homem de grandes sacadas — e o resultado é que sua gestão é uma pilha de projetos. Assim, com apenas vinte meses de governo, conseguiu romper com quase todo o PT, sofre uma oposição braba do movimento sindical e ainda enfrenta a oposição dos opositores de sempre. Isolado, para influir nas decisões do partido ou saber o que acontece numa reunião sindical, precisou trocar a militância ou o trabalho político por algum sargento de polícia.

Confrontado com a informação de que VEJA publicaria uma reportagem sobre o assunto, o Palácio do Buriti montou um circo na noite de sexta-feira passada. Depois de ter a polícia secreta funcionando a todo o vapor desde o início do governo, e produzindo relatórios com uma frequência quase diária, o governador mostrou-se indignado e decidiu extinguir a sua polícia secreta. Os agentes serão destacados para o policiamento de rua e os tais relatórios de bisbilhotagem, enviados para um arquivo público. A decisão foi tomada pelo governador interino, o petista Geraldo Magela, presidente da Câmara Distrital, depois de uma longa reunião com membros da cúpula militar. Em viagem ao Chile, para participar de um seminário promovido pela Unesco, Cristovam Buarque soube da decisão por telefone. "Estou estarelecido com essas informações. Nada tenho a acrescentar e concordo 100% com a decisão tomada", mandou dizer o governador. Como fez outro Cristovão, cinco séculos atrás, só na semana passada o circo Brasília descobriu a América. ■

**Brasil** Senado

## O rei do vídeo

Tucano usa e abusa da TV do Senado na campanha

A gráfica do Senado ficou célebre por imprimir propaganda eleitoral dos senadores em calendários e cadernos escolares. No ano passado, o Senado criou uma emissora de TV a cabo para divulgar o trabalho dos parlamentares, mas já está indo para o mesmo brejo da gráfica. Ali, senadores estão fazendo gravações de apoio aos seus candidatos a prefeito, em desacordo com o regulamento da Casa. O rei das gravações é o senador Teotônio Vilela Filho, de Alagoas. Ele é o presidente nacional do PSDB, vice-presidente do Senado, e suas gravações se contam às dezenas. Na quarta-feira passada, lá estava ele outra vez usando as instalações, os equipamentos e os funcionários da TV para produzir um vídeo de apoio ao candidato tucano à prefeitura de Sorocaba, em São Paulo. "Fiz essas gravações por comodismo", justificou o senador Vilela Filho. "Foi uma bobagem, não deveria ter feito."

De acordo com o regulamento, os senadores têm direito a trinta minutos por mês para gravar fitas de vídeo com pronunciamentos e entrevistas. Mas o artigo 4º do regulamento proíbe os parlamentares de produzir vídeos de caráter pessoal nos dois meses que antecedem qualquer eleição — ou seja, desde o dia 3 de agosto, as gravações estão suspensas. "Essas gravações estão próximas da situação de abuso de autoridade", afirma o ministro Marco Aurélio de Mello, do

Supremo Tribunal Federal, o mesmo que relatou o processo pedindo a cassação do senador Humberto Lucena por uso indevido da gráfica do Senado. Lucena, na época, só não perdeu o mandato porque o presidente Fernando Henrique Cardoso resolveu assinar sua anistia, alegando que, se não perdoasse o senador, as reformas seriam bloqueadas no Congresso.

**25 000 reais** — Vilela Filho até contratou uma produtora para gravar seus pronunciamentos depois de assumir a presidência do PSDB. O partido paga 25 000 reais por mês pelo serviço, mas aí também fica esquisito, pois, sem pagar um tostão, a empresa utiliza os equipamentos e as instalações da TV do Senado para fazer o serviço. Embora seja o mais assíduo, Vilela Filho não está sozinho. Também gravaram mensagens os senadores Ramez Tebet, Romeu Tuma, Iris Rezende e Pedro Simon. Até mesmo uma não parlamentar, Nice Lobão, mulher do senador Edison Lobão, achou por bem gravar uma mensagem de apoio ao seu candidato à prefeitura de São Luís. As gravações não são transmitidas pela TV do Senado. Os senadores levam suas próprias fitas para os estúdios, gravam e as reproduzem onde querem. "Nós não podemos impedir nada", diz Fernando César Mesquita, secretário de Comunicação do Senado. "Se os senadores quiserem fazer striptease, nada podemos fazer." Numa prova de que o procedimento não é correto, José Sarney, presidente da Casa, chefe de Mesquita e mentor da idéia de criar uma TV no Senado, já fez 34 gravações de apoio a candidatos nesta eleição — todas em produtoras independentes. ■

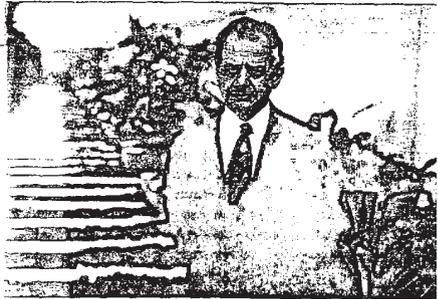
**Expedito Filho**

**Carta ao leitor**

## A sabedoria de um senador

Na edição passada, VEJA publicou na seção de Brasil uma reportagem feita pelo editor Expedito Filho, de Brasília, intitulada "O rei do vídeo". Em três parágrafos, o jornalista revelava em primeira mão que parlamentares estavam utilizando os equipamentos, estúdios e funcionários da emissora de televisão do Senado para gravar vídeos de apoio a seus candidatos a prefeito. Tal uso da TV é expressamente vetado pelo artigo 4º do Senado, que proíbe os parlamentares de produzir vídeos de caráter pessoal nos dois meses que antecedem eleições. A reportagem dava os nomes de senadores que usaram indevidamente a TV do Senado: Teotônio Vilela Filho, Ramos Tebet, Edison Lobão, Iris Rezende e Pedro Simon. Razoável imaginar que a reportagem não seria do agrado dos senadores nela citados.

Foi uma enorme surpresa, portanto, a carta que Pedro Simon fez chegar à redação de VEJA. Primeiro, o senador cumprimenta a revista pela "pertinência da reportagem". Depois, diz que, "embora equivocado, procedi como ali descrito e me penitencio do erro". Pedro Simon então explica as providências que tomou quanto ao caso e junta anexos à sua carta. Num anexo, o senador informa ao presidente do Senado, José Sarney, que a reportagem de



REGIS/STO JAMES

### **Pedro Simon: erro, desculpas e dinheiro devolvido**

VEJA está correta, mas que está ressarcindo a TV do Senado. Noutro anexo, uma produtora de vídeo orça em 480 reais a gravação de um depoimento de dez minutos de duração — o tempo que Simon usou o estúdio da TV do Senado indevidamente. Por fim, o senador junta o comprovante do seu depósito de 480 reais na conta do Senado. Não só reconhece o erro, ainda que involuntário, como pede desculpas e devolve aos cofres públicos o dinheiro gasto indevidamente.

VEJA já andou às turras com Pedro Simon. Algumas vezes, o senador estava certo. Noutras, a revista. Desta vez, no entanto, Pedro Simon não só mostra sua correção como dá uma lição de sabedoria.

Brasília, 25 de setembro de 1996

**Dr. Mário Sérgio Conti**

MD. Diretor de redação da revista *Veja*

Av. Otaviano Alves de Lima, 4400 – Freguesia do Ó

02909-900 – São Paulo – SP

Senhor Diretor,

Com meus cordiais cumprimentos, reporto-me à matéria publicada por *Veja*, edição 1463, desta data, página 40, sob o título “O rei do vídeo”, com o propósito de cumprimentá-lo e ao repórter Expedito Filho pela pertinência da notícia ali veiculada. Do fato, embora equivocado, procedi como ali descrito e me penitencio do erro.

Para conhecimento desta revista, estou remetendo, anexo, ofício que encaminhei ao Presidente do Senado, Senador José Sarney, onde explico o acontecido e informo sobre o depósito, em conta corrente do Senado Federal, de importância correspondente aos custos da gravação, de acordo com levantamento que mandei fazer junto a profissionais independentes do ramo, a partir de elementos conhecidos do trabalho efetivamente realizado.

*Veja*, mais uma vez, exerceu o papel de uma imprensa livre e democrática, à qual compete divulgar acertos e, também, erros que cometem aqueles que, como eu, exercem uma função pública de estrita confiança da sociedade, em especial daqueles que me honraram com sua escolha para representar sua vontade no Senado Federal.

Queira, nesta oportunidade, acolher as expressões do meu mais alto apreço e distinta consideração.

Senador **Pedro Simon**.

OF. PSIM Nº 62/96

Brasília, 24 de setembro de 1996

À Sua Excelência

**Senador José Sarney**

DD. Presidente do Senado

Brasília – DF

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, reporto-me à matéria publicada na revista *Veja* edição 1463, de 25 de setembro de 1996, pág. 40, sob o título “O rei do vídeo”. Como ali se observa, o jornalista Expedito Filho cita o meu nome como um dos senadores que se utilizaram dos equipamentos da TV Senado para gravação de mensagem eleitoral. Nesse aspecto, cumpre-me informar-lhe que a matéria reflete a expressão da verdade. No dia, a pedido de um ilustre senador do PMDB, gravei mensagem de apoio a candidato do nosso partido à prefeitura da capital do seu estado.

Imaginava eu que, à TV Senado, fosse permitida a venda de espaço para gravações fora de sua programação normal, a exemplo do que ocorre com a comercialização de publicações técnicas do Senado Federal e de outras receitas que, eventualmente, poderiam ser obtidas a partir de trabalhos realizados no âmbito desta Casa.

Vale enfatizar que, ao longo dos últimos meses, gravei um número significativo de contribuições às campanhas eleitorais de

candidatos a prefeito e vereador, com utilização de equipamentos de emissoras independentes. Em um único caso, e na campanha de um candidato que concorre ao pleito de 3 de outubro, fora de meu estado, incorri no erro relatado pela *Veja*. A TV Senado não pode permitir que seus equipamentos de transmissão sejam utilizados ao arpejo dos princípios que nortearam sua criação e dos regulamentos que orientam o seu funcionamento.

Com o propósito de sanear esse erro – repito, involuntário – decidi ressarcir os cofres do Senado Federal, dos custos envolvidos na referida gravação. Para tanto, solicitei orçamento a profissionais independentes, a partir dos elementos conhecidos no trabalho efetivamente realizado, quais sejam: deslocamento de pessoal, tempo de gravação, material utilizado, etc. O valor total apontado no referido orçamento foi, por mim, depositado na conta nº 55557351-6, Fundo do Senado Federal, no Banco do Brasil, agência 2636-0, do Senado Federal, conforme documentos anexos.

Como Vossa excelência observa, não discordo da matéria da *Veja*. Ao contrário, considero que seu trabalho deve ser reconhecido e louvado. É esse o papel da imprensa livre e democrática. Não posso concordar, entretanto, com as observações ali colocadas como de autoria de um ilustre servidor do Senado Federal, dando conta de que ‘se os senadores quiserem fazer “streap-tease”, nada podemos fazer, “nós não podemos impedir nada”. Podemos, sim, Sr. Presidente. Se a norma regimental existe é para ser cumprida e para ser exigido o seu cumprimento por quem de direito. Cabe, portanto,

ao responsável pela TV Senado impedir que ela seja utilizada indevidamente. Além dos preceitos regimentais, o dirigente da TV conta com o exemplo de Vossa Excelência, seu superior hierárquico que, conforme a própria matéria da revista, já fez 34 gravações de apoio a candidatos às próximas eleições, todas elas com produtoras independentes.

Receba Vossa Excelência, nesta oportunidade, a renovação dos protestos do meu mais alto apreço e distinta consideração.

Senador **Pedro Simon**.

**APOIO EMPREENDIMENTOS DE  
COMUNICAÇÃO LTDA.**

Brasília, 23 de setembro de 1996

Ao  
Gabinete do Senador Pedro Simon  
Ref.: Orçamento

Prezado Senhor, atendendo solicitação, vimos apresentar proposta de Prestação de Serviços para gravação de depoimento com cerca de 10 minutos de duração.

Para realização desse trabalho a Apoio utilizará equipamento Betacam-SP, microfone de lapela e iluminação. Ao final dos serviços cederá original em Betacam.

Custo para gravação externa: R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Custo para gravação em estúdio: R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais).

Forma de pagamento: à vista

Atenciosamente, – **Airton Maia Faria**, Diretor.

Brasília, 16 de outubro de 1996

**Meu caro Simon:**

Tenho insistido em vão para ressarcir-lo do depósito efetuado por você em favor do Senado no valor de R\$480,00 (quatrocentos e oitenta reais). Sua recusa tem sido sistemática e teimosa, fruto de sua fidalguia, generosidade e companheirismo, qualidades que, dentre outras, ornamentam sua personalidade e me emocionam.

Quero, todavia, contar com sua compreensão. Os fatos falam por si mesmos. Quando o convidei para gravar depoimento em favor do Deputado Federal André Puccinelli, candidato a prefeito de Campo Grande/MS, pelo nosso PMDB, não sabia que era proibido. Sei que ninguém pode alegar ignorar a lei, mas aqui, digo, agimos, de forma simples, na mais absoluta boa-fé, até mesmo porque os responsáveis pela TV Senado nada nos informaram e o serviço é novo na Casa. A fita utilizada, inclusive, é de minha propriedade.

Surpreendidos que fomos com a notícia publicada na *Veja*, edição nº 1463, imediatamente entrei em contato com você, com o Tuma e o Íris, contando com a compreensão de todos, ao tempo em que, publicamente indagado pela *Folha de S.Paulo*, prestei os esclarecimentos e assumi a responsabilidade.

Você tomou as providências recomendadas pelo seu zelo e experiência, ressarcindo o Senado, apesar de, no nosso entendimento, não termos cometido qualquer ilícito, sendo inquestionável a nossa boa-fé.

Ontem, conversando mais uma vez com o Tuma e o Íris, entendemos de seguir seu procedimento e estamos providenciando o ressarcimento. Avisei-os de que minha consciência impõe-me o dever de não admitir que os colegas sofram prejuízos financeiros e fiquei encarregado de efetuar os respectivos depósitos.

Assim, peço sua compreensão para a decisão que tomei, à sua revelia, efetuando em seu nome o depósito de R\$480,00 (quatrocentos e oitenta reais).

Pedindo, mais uma vez, escusas pelo transtorno involuntário que lhe causei, rogo-lhe que aceite o meu fraternal abraço e o pleito de minha gratidão.

Atenciosamente,

**Ramez Tebet**

Brasília, 17 de outubro de 1996.

**Prezado amigo Ramez Tebet,**

*Inútil resistir aos propósitos de quem, como o amigo, tem a ética e a fidalguia como paradigmas de procedimento e se sentiu no dever de assumir a responsabilidade por um erro igualmente involuntário para todos nós que dele participamos. Sua atitude, assim como a dos companheiros Íris Rezende e Romeu Tuma, de seguirem o procedimento que a consciência me inspirou, me emociona e gratifica, já que me dá mais segurança ainda de haver agido corretamente.*

Entretanto, não posso concordar com a decisão do amigo de assumir por mim as conseqüências financeiras de um erro que nos é comum e ao qual nos conduziu involuntariamente. Por isso, e para evitar que a questão vá além. Resolvi destinar a quantia que depositou em minha conta a quem dela precisa, certamente, muito mais que qualquer um de nós dois. Deste modo, determinei que os R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais) fossem depositados na conta no. 231848-2, do Banco do Brasil – Agência Senado Federal, da Sra. Tereza Alves da Conceição, que nos serve o cafezinho no Plenário, com tanta solicitude, apesar de seu salário modestíssimo. Junto a esta o comprovante.

O episódio involuntário que nos envolveu e aos demais companheiros, malgrado a inconveniência de nos haver levado a ferir os regulamentos, teve a virtude de fazer consolidar, ainda mais, a amizade e o respeito mútuo que nos une e nos faz mais úteis à sociedade que nos confiou as decisões sobre seu destino. Além disso, serviu para que - espero que de uma vez por todas - se tornassem claras para todos as regras que presidem o uso dos recursos da TV Senado.

Receba o amigo as expressões do meu respeito e amizade e um cordial abraço.

**Pedro Simon**

Outubro de 1996

DIÁRIO DO SENAI

Recibo

Agência (problema - av)

2636-0

Conta n.º - av

55557351-6

Para crédito de

FUNDO DO SENADO FEDERAL

2036-8

Em dinheiro - R\$

480,00

Em cheque - R\$

Código identificador - av



BANCO DO BRASIL

BB 2636010056 260970

480,00R000195

Recebemos a importância autenticada mecanicamente

BANCO DO BRASIL

Deposito com Cartão Magnético  
Controle do cliente

Witalo  
IZET

130.223,1

Podica Simon

489.00PC00195

489.00PC00195

2636-0

R\$ 180,00

Agência	Data	Valor/Terminal	Ar. C.C.	Caixa	Nome cliente	Agência
			BB 2636010045 161095		PEDRO JORGE SIMON	
			BB 2636010045 161095			
			298.000232273-4			

**Recibo**

Agência (pref. - dv)	Conta n.º - dv
2636-0	231848-2
Para crédito de	
Tereza Conceição	
Em alômetro - hs	Em cheques - ns
	480,00 2636-0
Código identificador - dv	
TEREZA A CONCEICAO	

Conta	Banco	Agência	CI	Conta nº	CI	Série	Check nº	CI	Val
010	001	0010	8 0	21.057-9	9	250	537278	0	5.031.665,45

Pague por este cheque a quantia de (seis milhões e trinta e um mil e seiscentos e sessenta e cinco cruzeiros e quarenta e cinco centavos)

o Instituto de Previdência dos Congressistas ou à sua ordem.

*Quantia em dinheiro* Quarta de 11 de dezembro de 1991

**BANCO DO BRASIL S.A.**

XG - PORTO ALEGRE CENTRO RS  
 00.000.000/0010.82 PEDRO JORGE SIMON  
 91 - RUA URUGUAI 185 TERREO 002.258.430-72  
 CENTRO FONE 210044

⑆000100103⑆ 0105372785⑆ 791002105798⑆

SENADO FEDERAL  
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900  
Brasília – DF

OS nº 05296/2007

*“Eu nada mais quero a não ser resgatar a verdade dos fatos. Eles podem, até, ser pequenos, diante de tamanhas malversações de recursos públicos, denunciadas pela imprensa, principalmente nos últimos tempos. Mas, para mim, a ética não tem gradação. Ou se tem, ou não se tem. Não existe o ser meio-ético, ou pouco, ou muito ético. Ou é, ou não é.*

*Trata-se de um princípio que sempre iluminou o meu caminho em mais de cinco décadas de vida pública. Nesta travessia, jamais me arvorei em mostrar qualquer estampa de infalibilidade. Ao contrário, como ser humano, estou sujeito a erros.*

*No entanto, eu me coloco entre aqueles que procuram reconhecer as suas faltas. E, na medida das minhas forças, saná-las. Foi assim que aconteceu.”*

*Senador Pedro Simon*